LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Esperada reforma 1

O projeto de lei, que prevê a reforma administrativa do Executivo de Jundiaí, pode chegar hoje à Câmara Municipal. A certeza mesmo apenas quando a proposta for protocolada no Legislativo. Anteriormente, outras datas foram informadas à reportagem, porém, segundo a prefeitura, a demora se deve à complexidade da reforma. Texto prevê redução de comissionados e mudanças em cargos e nomenclaturas.

Esperada reforma 2

A expectativa do Executivo, conforme apurado pela reportagem, é que o projeto da reforma administrativa seja apenas lido hoje durante a sessão ordinária da Câmara, com início a partir das 18h. Dessa forma, se não houver nenhuma sessão extraordinária, a proposta será votada depois do Carnaval.

Sessão às 18h

Os vereadores de Jundiaí se reúnem hoje para a terceira sessão ordinária desta nova Legislativa. Na pauta, nenhum projeto polêmico. Entre os itens para serem votados, há proposta, de autoria do vereador Romildo Antonio da Silva (PR), que regula o acesso de carrinhos de bebês nos ônibus do serviço público de transporte coletivo. No texto, ele propõe o acesso de carrinhos pelos elevadores adaptados e que a área destinada para os cadeirantes também possa ser usada pelos equipamentos de transporte de crianças.

'Quadrilha'

O Ministério Público de São Paulo denunciou à Justiça o ex-prefeito de Araçariguama Roque Normélio Hoffman pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção passiva. Além dele, foram denunciados também o ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal Moisés Ligeiro de Souza; o ex-diretor de Compras, Controle Patrimonial e Licitações do município Amailton Cleiton Silva de Siqueira; o ex-presidente do Instituto Municipal de Seguridade Social Romildo Cardoso dos Santos e mais quatro pessoas.

'Reformista' 1

"Somos um governo reformista", disse ontem Michel Temer a uma "plateia atenta", formada por representantes do agronegócio paulista. O presidente diz querer entregar um País nos trilhos ao seu sucessor. Ele citou o teto de gastos do governo, a reforma da Previdência e disse, ainda, que há um consenso com as centrais sindicais para a reforma trabalhista - aproveitou para falar até da reforma do ensino médio entre as medidas de seu governo.

'Reformista' 2

Temer voltou a falar das condições econômicas do País quando assumiu o governo. "Nós sabemos que apanhamos o Brasil, quero ressaltar para enaltecer a verdade, em uma fortíssima recessão", afirmou sobre o governo herdado de Dilma Rousseff. Temer assumiu a presidência interinamente em maio de 2016, após o afastamento da ex-presidente petista.

➤ CAJAMAR

Decisão do desembargador Beretta da Silveira, que ainda cabe recurso, atinge quase todos cargos contratados este ano

Justiça manda prefeitura exonerar comissionados

NIZA SOUZA
csouza@jj.com.br

FABIANO MAIA

PREFEITURA Decisão do Tribunal de Justiça atinge diversos cargos, inclusive chefia de gabinete; segundo especialista, situação é 'tendência'

A Prefeitura de Cajamar terá 120 dias para exonerar cerca de 500 dos 653 cargos comissionados contratados neste ano. O acórdão, assinado pelo relator Beretta da Silveira e ratificado por colegiado do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), julgou procedente, em parte, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida pela Procuradoria-Geral do Estado. O texto, publicado na sexta-feira (17), cita como réus a prefeita do município, Ana Paula Ribas (PSB), e o presidente da Câmara, Eurico Misé (Democratas). O Executivo ainda pode recorrer.

A decisão atinge os cargos de chefe e assessor de gabinete, assessor de diretoria, assessor de departamento, assessor de divisão, ouvidor, corregedor, coordenador e superintendente de saúde. Apenas os diretores e chefes de divisão foram poupados.

A ação alega que os cargos comissionados foram criados sem a especificação de atribuições, o que é exigido por lei para qualquer cargo público.

Os salários dos cargos afetados variam entre R$ 1.345,11 a R$ 13.451,17. Levantamento feito pela reportagem do Jornal de Jundiaí, com base em informações do Portal da Transparência, aponta que a Prefeitura de Cajamar gasta mais de R$ 3 milhões por mês com os 653 cargos comissionados. Os maiores salários são dos 19 diretores municipais e do chefe de gabinete, ambos de R$ 13.451,17.

A lista de comissionados inclui outros cargos com alta remuneração. Como os 14 coordenadores II, que recebem salário de R$ 11.529,60 bruto, a um custo de R$ 161 mil mensais para os cofres públicos. Ou ainda os 10 assessores de gabinete, com salários de R$ 11.145,27, um custo de R$ 111 mil mensais.

Mais rigor

Para o doutor em Direito Constitucional, João Jampaulo Jr., a ocorrência de ADIs como essa no caso de Cajamar é uma tendência. "Já faz algum tempo que os Tribunais de Contas vêm apontando essas irregularidades na contratação de cargos comissionados. A tendência é fechar o cerco cada vez mais", avalia.

Em 2015, a Prefeitura de Louveira também foi alvo de uma ação da Procuradoria e teve de exonerar 93 cargos comissionados.

Segundo Jampaulo Jr., a Procuradoria e o Ministério Público também estão em cima dos poderes Executivos e Legislativos, e contam com apoio do Judiciário nessas ações. "A regra no Poder Público é a contratação por meio de concurso público. A nomeação de cargos comissionados é a exceção. Não podemos fazer da exceção a regra", diz, lembrando que em muitos casos os comissionados caracterizam desvio de finalidade.

Procuradas, a Prefeitura e a presidência da Câmara Municipal de Cajamar não se pronunciaram até o fechamento desta edição.

➤ INVESTIGAÇÃO

PF acusa Lula e Dilma de obstruir Lava Jato

A Polícia Federal concluiu que os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, além do ex-ministro Aloizio Mercadante, atuaram para obstruir trabalhos da Operação Lava Jato.

Aos três a PF atribuiu o crime de obstrução de Justiça. A polícia ainda imputa a Mercadante o crime de tráfico de influência.

Os dados fazem parte de um relatório parcial enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) na última quinta-feira (16). O material agora está nas mãos do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato na corte.

A informação foi publicada na nesta segunda-feira (20) no site do jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pela reportagem.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) também vai receber o conteúdo das investigações da PF e deve se manifestar a respeito no inquérito em andamento.

As investigações são baseadas na nomeação de Lula à Casa Civil em março do ano passado, numa gravação de uma conversa entre Mercadante e um ex-assessor de Delcídio do Amaral, e na indicação do ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) -segundo delação de Delcídio, a nomeação dele ao tribunal teria como objetivo soltar Marcelo Odebrecht, herdeiro e ex-presidente da empreiteira baiana.

Como nenhum dos três -Lula, Dilma e Mercadante- tem foro privilegiado, o pedido feito no relatório é que a parte referente ao ministro do STJ seja desmembrada e que o trio responda aos supostos crimes em primeira instância.

Para a polícia, há provas de que Mercadante atuou para atrapalhar as investigações da Lava Jato e que a nomeação de Lula à Casa Civil teve como intenção obstruir a Justiça já que o petista, na ocasião, era alvo de inquérito.

Em nota, a defesa de Lula diz que a conclusão da PF é "desprovida de qualquer fundamento jurídico" e acusa o delegado de "perseguição" ao ex-presidente. **(Folhapress)**

➤ ALEXANDRE DE MORAES

Abaixo-assinado é contra indicação

Estudantes de direito e representantes de organizações da sociedade civil entregaram ontem à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado abaixo-assinado em que se manifestam contra a indicação de Alexandre de Moraes para o STF (Supremo Tribunal Federal). Moraes será sabatinado nesta terça (21) pela comissão.

O grupo estava acompanhado por senadores da oposição e membros da CCJ, que apresentaram à comissão um requerimento para que as assinaturas sejam anexadas ao processo da sabatina. O abaixo-assinado reuniu 270 mil assinaturas de internautas, que foram recolhidas pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e a organização não governamental Conectas Direitos Humanos.

Para o grupo de estudantes, Alexandre de Moraes, que está licenciado do cargo de ministro da Justiça, não reúne as condições necessárias para ser indicado para a Corte. "A gente sentiu a responsabilidade de trazer essa posição contrária à nomeação dele pela reputação dele não ser ilibada para o cargo", disse a presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Paula Masulk, para quem Moraes, quando ocupou a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, não mostrou respeito dos direitos humanos. Na semana passada, outro grupo ligado a movimentos sociais entregou um manifesto sugerindo uma candidatura alternativa a de Moraes. Na ocasião, o presidente da CCJ, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que será responsável por conduzir a sabatina, recebeu a petição e disse que a opinião pública deve ser considerada. Moraes é o indicado do presidente Michel Temer para ocupar a vaga de ministro do STF, em decorrência da morte de Teori Zavascki em janeiro. A sessão está marcada para começar às 10h. **(Folhapress)**

➤ CONTRA A CRISE

Fazenda envia novo projeto de recuperação fiscal de estados

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou à GloboNews que enviaria ainda ontem para a Casa Civil um novo projeto de recuperação fiscal para os estados em dificuldades. Antes de o governo encaminhar a proposta ao Legislativo, a Casa Civil avaliará se o projeto atende aos requisitos constitucionais. A expectativa da área econômica é que a proposta seja enviada ao Congresso Nacional hoje (21).

Pela proposta, o estado que firmar um acordo de recuperação fiscal com o governo federal será beneficiado com a suspensão por 36 meses do pagamento das dívidas com a União. Mas, para isso, terá que assumir o compromisso de adotar rigorosas medidas de saneamento das finanças estaduais, entre as quais:

- Veto à concessão de qualquer vantagem ou aumento salarial a servidores e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Suspensão da realização de concursos públicos;
- Veto à criação de despesa obrigatória de caráter continuado;
- Proibição de concessão de incentivo tributário a empresas e redução dos já existentes em, no mínimo, 20%;
- Aumento da contribuição previdenciária de servidores estaduais de 11% para 14%, com a chance de aumento adicional de caráter temporário;
- Suspensão por três anos do pagamento de empréstimos bancários concedidos depois da promulgação da lei e
- Privatização de bancos e empresas estaduais de água, saneamento, eletricidade.

Pelo projeto, enquanto estiver em vigor o Regime de Recuperação Fiscal, o estado só poderá tomar empréstimo em instituições financeiras se for para financiar programa de demissão voluntária de pessoal ou auditoria na folha de pagamento de servidores ativos e inativos.

A proposta permite ainda que os estados façam leilões para pagamento de dívidas a fornecedores. Nesse tipo de leilão, é vencedor o credor que der maior desconto para abatimento da dívida.

A recuperação fiscal é considerada de vital importância para os estados em dificuldade financeira, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, que têm dificuldades em honrar o pagamento dos salários dos servidores, além de outros compromissos, e que já manifestaram interesse em aderir ao programa. Além destes, Minas Gerais decretou estado de calamidade financeira.

O Rio de Janeiro, que já fechou um acordo individual com o governo federal, chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para antecipar os efeitos desse entendimento – que prevê um duro ajuste fiscal, com aumento de receitas e cortes de gastos, em troca da suspensão da dívida estadual com a União e o recebimento de empréstimos para colocarem dia os salários dos servidores. **(Das Agências)**